



NAOP - NÚCLEO DE AUDITORIA OPERACIONAL E PROJETOS
COFINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

**RELATÓRIO DOS AUDITORES SOBRE O SISTEMA DE
CONTROLE INTERNO ASSOCIADO À AUDITORIA DAS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

2ª AUDITORIA DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E
URBANIZAÇÃO DA BACIA DO MANÉ DENDÊ
PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ

ACORDO DE EMPRÉSTIMO BID Nº 4302/OC-BR

ENTIDADE AUDITADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE
INFRAESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS - SEINFRA

ÓRGÃO EXECUTOR: UNIDADE DE GESTÃO DO PROGRAMA
UGP-MANÉ DENDÊ

PERÍODO DA AUDITORIA: EXERCÍCIO 2020

Salvador – Bahia

RESULTADO DA AUDITORIA

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS BÁSICAS DO PROGRAMA.

Ao Exmº Sr.

Luiz Carlos de Souza

Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas – SEINFRA

Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização da Bacia do Rio Mané Dendê: Projeto Novo Mané Dendê

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras anexas da **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas (SEINFRA)**, que compreendem a Demonstração de Fluxos de Caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020 e a Demonstração de Investimentos Acumulados para o exercício findo nessa data, elaboradas em dólares, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis, correspondentes ao Programa NOVO MANÉ DENDÊ, financiado com recursos do Contrato de Empréstimo nº 4302/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e com aportes do Município de Salvador, em atendimento ao disposto na Cláusula 5.02, das Disposições Especiais, do referido Contrato de Empréstimo.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam razoavelmente, em todos os aspectos relevantes, os recebimentos e os pagamentos do Programa em 31 de dezembro de 2020, de conformidade com o critério contábil de caixa descrito na Nota 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com os estabelecidos nas NBASP e no Manual de Auditoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs, por sua sigla em inglês), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), que são convergentes – com as adequações de concordância – com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA, por sua sigla em inglês), emitidas pela Federação Internacional de Contadores (IFAC), e requerimentos específicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “*Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras*”. Somos independentes em relação ao Programa, de acordo com os princípios éticos relevantes para nossa auditoria de demonstrações financeiras previstos no Código de Ética deste Tribunal de Contas e da INTOSAI, e cumprimos com as demais responsabilidades de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Parágrafos de ênfases e outros assuntos: Sem modificar a nossa opinião, chamamos atenção para os seguintes:

Ênfases

- **Bases contábeis:** A nota explicativa 2 às demonstrações financeiras descrevem a base de elaboração e apresentação dessas demonstrações financeiras básicas, elaboradas para auxiliar o Programa NOVO MANÉ DENDÊ a demonstrar o cumprimento da Cláusula 5.02 das Disposições Especiais do Contrato de Empréstimo nº 4302/OC-BR. As demonstrações financeiras foram elaboradas para fornecer informações para SEINFRA e BID. Consequentemente, as demonstrações financeiras podem não servir para outras finalidades.
- **Contingências:** A nota explicativa 15 às demonstrações financeiras revela que com exceção de um Mandado de Segurança (Processo 8132142-13.2020.8.05.0001, em trâmite perante a 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador), impetrado por licitante questionando a decisão que homologou o resultado da Licitação Pública Internacional – LPI nº 01/2019, ao qual foram negados todos os pedidos liminares e está pendente de decisão de mérito, não há registro de outras demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2020, e até a data da elaboração sua elaboração (15/01/2021).

Outros assuntos

No Relatório dos Auditores sobre o Sistema de Controle Interno foram identificadas:

- Inconsistências relacionadas à inobservância dos requisitos para a contratação da Equipe Chave e evidência de sobreposição de Equipe no Processo 1229/2019 (Tópico 1.8, I); incremento de R\$ 21.895.200,00 no valor que foi considerado como orçamento-base da Administração, na LPI nº 001/2019, descumprindo assim o art. 6º, inciso IX, e do art. 7º, § 4º, da Lei nº 8.666/93, além das Orientações Técnicas OT-001/2006 e OT-008/2020, do IBRAOP (Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas), o que, além de impactar na adequação do projeto licitado em relação ao que será executado, pode comprometer o andamento da execução da obra (Tópico 2.1.1);
- Que, na realização do Monitoramento pela Equipe de Auditoria, foi apurado um percentual 97% de cumprimento das recomendações estabelecidas no 1º Relatório de Auditoria (Tópico 3);
- Boa Prática relacionada à elaboração de um Guia de Orientação para os Projetistas urbanistas e de tipologia elaborarem os projetos executivos do Programa, com um olhar ambiental de sustentabilidade, para que, nos projetos desenvolvidos pudessem observar elementos para conforto climático e de sustentabilidade (Tópico 6).

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Programa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com o critério contábil de caixa descrita na Nota 2, o qual

inclui determinar que o critério de caixa constitui uma base contábil aceitável para a preparação das demonstrações financeiras nas circunstâncias e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. A base contábil de fundos reconhece as transações e os fatos somente quando os recursos (incluindo o equivalente aos fundos) são recebidos ou pagos pelo Programa e não quando resultam, auferem ou se originam de direitos ou obrigações, ainda que não se tenha produzido uma movimentação de fundos (caixa).

Os responsáveis pela governança do Programa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras do Programa.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as NBASP e o Manual de Auditoria do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que estão baseados nas Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAIs), desenvolvidas pela Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **Unidade de Gestão do Programa**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e eventos subjacentes de forma a alcançar a

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Relatório sobre outros requisitos legais e/ou regulatórios

Não foram observadas situações que indiquem descumprimento das cláusulas financeiras do contrato de empréstimo nº 4302/OC-BR do Banco Interamericano de Desenvolvimento durante o período submetido à nossa auditoria.

Salvador, 29 de abril de 2021.

RONALDO NASCIMENTO DE SANT ANNA:62786652553
Assinado de forma digital por
RONALDO NASCIMENTO DE SANT
ANNA:62786652553
Dados: 2021.04.29 19:14:02 -03'00'

Ronaldo Nascimento Sant'Anna

Conselheiro Substituto
Coordenador da Auditoria

LUIZ CARLOS DA COSTA LINO
Assinado de forma digital por
LUIZ CARLOS DA COSTA LINO
LEITE:00713836547
Dados: 2021.04.29 17:22:17
-03'00'

Luiz Carlos Costa Lino Leite

Auditor Estadual de Infraestrutura
Líder da Auditoria – MANÉ DENDÊ

MILENE DE OLIVEIRA BARBOSA:63450437534
Assinado de forma digital
por MILENE DE OLIVEIRA
BARBOSA:63450437534
Dados: 2021.04.29
17:24:38 -03'00'

Milene de Oliveira Barbosa

Auditora Estadual de Controle Externo
Gerente da Auditoria
CRC nº BA 021384/O

ARNALDO TAVARES NOYA:51483912515
Assinado de forma digital
por ARNALDO TAVARES
NOYA:51483912515
Dados: 2021.04.29
17:32:48 -03'00'

Arnaldo Tavares Noya

Agente de Controle Externo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DA BACIA DO MANÉ DENDÊ PROJETO NOVO MANÉ DENDÊ

Demonstração de Fluxo de Caixa
Período Referência: 2º Semestre 2020
Período não encerrado, sujeito à alterações
Taxa de câmbio: R\$ 5,19610

US\$

Descrição	PERÍODO TERMINADO EM 31/12/2020		PERÍODO TERMINADO EM 2019	
	BID	LOCAL	BID	LOCAL
RECURSOS RECEBIDOS				
Acumulado no início do período	1.200.000,00	1.027.437,31	2.227.437,31	
Durante o período - Sub total				
Desembolsos (Antecipações/Fundo Relativo, reembolsos, pago diretos - BID)	3.800.000,00	804.177,13	4.604.177,13	1.027.437,31
Rendimentos de aplicação financeira	3.800.000,00	788.741,20	4.588.741,20	1.006.455,55
Outros (detalhar)				
Total Recursos Recebidos	5.000.000,00	1.831.614,44	6.831.614,44	1.027.437,31
DESEMBOLSOS EFETUADOS				
Acumulado no início do período	497.207,42	1.006.455,55	1.503.662,97	
Durante o período - Sub total				
Solicitações/justificativa de desembolso apresentada ao BID	2.425.707,95	788.741,20	3.214.449,15	1.006.455,55
Pagos por Bens e Serviços Pendentes de Comprovação/Justificativa	2.094.456,65	1.472.393,44	3.566.850,09	
Outros (detalhar)	828.458,72	322.803,31	1.151.262,03	1.006.455,55
Total Desembolsado	497.207,42	-1.006.455,55	-1.503.662,97	
SALDO DISPONÍVEL				
Total Desembolsado	2.922.915,37	1.795.196,75	4.718.112,12	1.006.455,55
	2.077.084,63	-36.417,69	2.113.502,32	20.981,76
				723.774,34


Wilson Peraza de Oliveira
CRC BA/02590910-3


Elaine Souza de Menezes
Gerente Administrativo Financeiro
UGF: Mano Dendê - Mat. 3082497


Jessé Carvalho
Diretor Geral / Mané Dendê
SEINFRA



Empréstimo
Mutuário
Programa

: 4302/OC-BR (BR-L1487)
: Município de Salvador
: Projeto Novo Mané Dendê-Salvador

Demonstração Investimentos Acumulados
Período Referência: 2º Semestre 2020

Conceito	Orçamento Vigente		Acumulado até Exercício 2019		Movimento de Exercício 2020		Acumulado até Exercício 2020		Orçamento a Realizar	
	Total Projeto	BID Contrap.	Total BID Contrap.	TOTAL	BID Contrap.	TOTAL	BID Contrap.	TOTAL	Total Projeto	BID Contrap.
01 - Componente 1: Saneamento e Desenvolvimento Urbano	114.433.000,00	87.533.000,00	484.338,20	700.838,48	1.879.337,08	33.782,71	1.813.078,79	2.083.555,36	112.311.341,52	55.356.484,54
02 - Componente 2: Sustentabilidade Social, Ambiental e Institucional	7.282.000,00	3.492.000,00							7.282.000,00	3.492.000,00
03 - Administração e Gestão	10.290.000,00	6.692.000,00	12.865,14	393.202,84	846.455,67	1.327.151,96	858.318,81	763.841,83	8.646.730,66	5.835.679,99
04 - Custeio Financeiro	2.825.000,00	2.825.000,00	391.814,20	391.814,20	284.237,50	284.237,50	284.237,50	708.781,70	3.842.808,30	2.842.808,30
Total	135.000.000,00	87.500.000,00	487.207,42	1.066.455,55	3.425.787,95	3.214.448,15	2.832.915,37	8.795.196,76	138.251.867,88	64.877.884,63
Porcentagem	100,00	83,30	33,87	68,93	75,46	24,54	100,00	100,00	100,00	49,37
										50,63

US\$

Wilson Pereira de Oliveira
CRC BA - 02590910-3

Elaine Souza de Menezes
Gerente Administrativo Financeiro
UGP - Mané Dendê - Nat. 3082497

Jessé Carvalho
Diretor Geral / Mané Dendê
SEINFRA

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PROGRAMA

1. Descrição do Projeto

O Projeto Novo Mané Dendê, 1ª Etapa do Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador, tem por objetivo promover o desenvolvimento social, econômico e sustentável da região – em especial dos seus segmentos mais pobres – mediante a oferta de infraestrutura básica, urbanização e integração da área ao restante do tecido urbano.

Em 2014, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) apresentou uma Carta Consulta ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e à Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (SEAIN/MPDG) solicitando recursos da ordem de US\$135 milhões, sendo 50% dos recursos de contrapartida da PMS, para dar início ao PROGRAMA DE SANEAMENTO AMBIENTAL E URBANIZAÇÃO DO SUBÚRBIO DE SALVADOR, que objetiva melhorar a qualidade de vida da população que vive no Subúrbio de Salvador, região da capital baiana com os piores indicadores socioeconômicos. A 1ª Etapa do programa, denominada Projeto Novo Mané Dendê buscará a requalificação urbano-ambiental da Bacia do Rio Mané Dendê, uma das áreas mais carentes do Subúrbio.

Em decorrência disso, foi firmado em janeiro de 2016 o convênio de Cooperação Técnica Não-Reembolsável No. ATN/MA-15405-BR de apoio à preparação do Programa de Saneamento Ambiental e Urbanização do Subúrbio de Salvador - 1ª. Etapa: Projeto Novo Mané Dendê, com vistas a apoiar a elaboração de estudos, documentos técnicos e projetos que permitam desenvolver as atividades necessárias a uma boa definição, planejamento e preparação do Projeto Novo Mané Dendê. Nessa etapa de preparação foram elaborados diversos estudos e projetos importantes, a exemplo do Plano Geral de Intervenções, Análises de Viabilidade e o Projeto Básico de Saneamento e Urbanização (Novo Mané Dendê), o Plano Preliminar de Reassentamento Involuntário, o Projeto Piloto de Coleta de Resíduos Sólidos e a Análise Ambiental Estratégica. O valor do Convênio foi da ordem de US\$1.100.000,00, sendo US\$750.000 BID e US\$350.000 de contrapartida da PMS, com execução realizada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF).

Com a finalização dos estudos de preparação do Programa em 2018, a Prefeitura Municipal de Salvador viabilizou o início da execução do **Projeto Novo Mané Dendê**, por meio do Acordo de Empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – BR-L1487. O contrato de empréstimo foi firmado em 26 de junho de 2018 no valor de US\$135 milhões, sendo 50% dos recursos de contrapartida da PMS.

sal

DMS 7

2. Principais Políticas Contábeis

▪ **Base de Contabilidade Caixa**

As demonstrações financeiras foram elaboradas sobre a base contábil de caixa, registrando-se as receitas quando do recebimento dos fundos (recursos) e reconhecendo-se as despesas quando estas efetivamente representam despesas pagas em dinheiro (caixa). Esta prática contábil difere das NICSP, segundo as quais as transações devem ser registradas na medida em que incorrerem, e não quando de seu pagamento. No entanto, as NICSP foram aplicadas para essas circunstâncias, conforme previsto no capítulo *"IPSAS base de caixa – Relatórios Financeiros com base na contabilidade de caixa"*.

▪ **Unidade Monetária**

Para o cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América, do dinheiro recebido em moeda nacional na conta específica do banco comercial, utiliza-se o tipo de câmbio vigente efetiva na data da conversão da moeda do desembolso na moeda local do país do beneficiário. Ou seja, o Banco Comercial converte os recursos desembolsados pelo BID na moeda da operação para a moeda local conforme as condições estabelecidas na operação de crédito.

Para cálculo da equivalência em dólares dos Estados Unidos da América dos pagamentos do Aporte Local, será aplicada a taxa de câmbio oficial de compra divulgada pelo Banco central do Brasil, conforme mutualmente acordado com o BID e o Mutuário, na data do efetivo pagamento, como está previsto na Cláusula 3.03 das Disposições Gerais do Contrato de Empréstimo.

3. Fundos Disponíveis

Os fundos disponíveis em 31 de dezembro estão depositados nas contas bancárias do Programa e incluem as receitas geradas por juros.

Saldo disponível	Real	Taxa	Dolar
Saldo disponível em Conta Bancária Recursos BID nº 930.197-6	11.507.048,97	5,5400	2.077.084,65
Saldo de rendimento de aplicação financeira em 31/12/2019	189.229,96	5,1961	36.417,69
Saldo Total disponível em Conta na Moeda Local, incluído rendimentos	11.696.278,93		2.113.502,34

Durante o ano de 2020 foram registradas receitas provenientes de juros no total de US\$ 36.417,69.

[Handwritten signatures and initials]

A diferença de US\$ 0,02 apresentado no "Saldo disponível" Recurso BID na demonstração de Fluxo de Caixa refere-se a arredondamento intra-sistema.

4. Adiantamentos (Antecipos) Pendentes de Justificação

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo pendente de justificação ao BID é de US\$ 828.458,72:

Solicitação de Desembolso		US\$
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº		0,00
Solicitação de Desembolso Pendente de Tramitação nº		0,00
Gastos pagos não incluídos em Solicitação de Desembolso		828.458,72
Total		828.458,72

Segue em anexo o Relatório de Despesas por Contrato que demonstra todos os gastos pendentes de justificação ao BID.

5. Adiantamentos (antecipos) e justificativas

Adiantamentos	US\$
Saldo de adiantamentos no início do período (01/01/2020)	1.200.000,00
(-) Adiantamentos legalizados durante o período (Justificados)	-2.094.456,65
(+) Adiantamentos recebidos	3.800.000,00
(=) Saldo de adiantamentos no encerramento do período (OPS)	2.905.543,35

6. Fundo Rotativo

Não foi estabelecido nenhum valor ou percentual sobre o valor de empréstimo a título de Fundo Rotativo, portanto esta modalidade não se aplica ao Empréstimo 4302/OC-BR.

7. Fundos de Contrapartida Nacional

A prefeitura Municipal de Salvador assumiu o compromisso de contribuir com a importância de **US\$ 67.500.000,00** (sessenta e sete milhões e quinhentos mil dólares americanos), como contrapartida local. Até 31 de dezembro de 2020, a Prefeitura de Salvador contribuiu com a importância de **US\$ 1.795.196,75**, equivalente a 2,66 % do total comprometido.

col

Ant

8. Ajustes de Períodos Anteriores

Houve ajustes de exercícios anteriores no valor de US\$ 1,23, referente a conversão de pagamento na fonte local, cujo registro inicial ocorreu pela data da ordem bancária depois retificado conforme registro no extrato bancário - Contrato 009/2019, Valéria Cordeiro Barbosa, referente a INSS e IRRF da nota 006/2019, pertencente ao exercício 2019.

A referida diferença, foi ajustada no exercício 2020 por meio de registros efetuados no sistema SGMAP conforme evidenciado abaixo.

CONTRATO: 009/2019 - Contratação de consultor individual - Direito Imobiliário

Fornecedor	Documento	Tipo de gasto	Data do pagamento	Data de Contabilização	Pago CNTP R\$	Pago CNTP US\$
Valéria Cordeiro Barbosa	006/2019 - EST INSS	Estorno	16/12/2019	02/01/2020	-642,34	-157,46
Valéria Cordeiro Barbosa	006/2019 - EST IRRF	Estorno	16/12/2019	02/01/2020	-748,67	-183,52
Valéria Cordeiro Barbosa	008/2019 - CORREÇÃO	INSS	13/12/2019	02/01/2020	642,34	156,89
Valéria Cordeiro Barbosa	008/2019 - CORREÇÃO	IRRF	13/12/2019	02/01/2020	748,67	182,86
TOTAL					0,00	-1,23

9. Aquisição de Bens e Serviços

As aquisições de bens e serviços foram efetuadas com observância às normas do BID Políticas de Aquisições GN – 2349-9 e disposições da Lei 8.666/93; os bens estão devidamente inventariados e os serviços foram devidamente prestados.

10. Categorias de Inversão

Componentes	Total Projeto	BID	Contrap.
01 - Componente 1: Saneamento e Desenvolvimento Urbano	112.311.341,52	55.256.404,64	57.054.936,88
02 - Componente 2 - Sustentabilidade Social, Ambiental e Institucional	7.260.000,00	3.490.000,00	3.770.000,00
03 - Administração e Gestão	8.646.738,06	5.830.679,99	2.816.058,07
04 - Custos Financeiros	2.063.808,30	0,00	2.063.808,30
Totais	130.281.887,88	64.577.084,63	65.704.803,25

- Custos de Administração e Gestão:
- Gastos com Auditoria do Programa

[Assinatura]

Não houve desembolso com os trabalhos de auditoria, pois, a auditoria do projeto é realizada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do estado da Bahia – TCM, conforme definido no Termo de Referência, assinado em 27 de setembro de 2019.

• Custos Financeiros:

- Os custos financeiros do Projeto, até 31/12/2020 no montante de US\$ 756.191,70, foram pagos com recurso do Tesouro, são gastos elegíveis e compõem os custos da contrapartida.

Data de Liquidação	Câmbio	Juros		Comissão de Crédito		Total	
		US\$	R\$	US\$	R\$	US\$	R\$
25/04/2019	3,9450	0,00	0,00	215.445,20	849.931,31	215.445,20	849.931,31
15/10/2019	4,1365	8.628,17	35.690,43	167.880,82	694.439,01	176.508,99	730.129,44
15/04/2020	5,1935	16.838,12	87.448,78	165.943,56	861.827,88	182.781,68	949.276,66
13/10/2020	5,6260	18.696,20	105.184,82	162.759,57	915.685,34	181.455,77	1.020.870,16
Total		44.162,49	228.324,02	712.029,15	3.321.883,54	756.191,64	3.550.207,57

Fonte: Secretaria Municipal da Fazenda

11. Desembolsos Efetuados

Solicitação nº	Data da Apresentação	Modalidade	BID US\$	Contrapartida Local US\$
01	16/07/2019	Adiantamento	1.200.000,00	
03	13/04/2020	Adiantamento	1.100.000,00	
05	23/09/2020	Adiantamento	2.700.000,00	

Descrição dos adiantamentos por componente:

Componentes	BID
01 - Componente 1: Saneamento e Desenvolvimento Urbano	4.428.810
02 - Componente 2 - Sustentabilidade Social, Ambiental e Institucional	23.290
03 - Administração e Gestão	547.900
04 - Custos Financeiros	0,00
Totais	5.000.000

12. Conciliação entre a Demonstração de Fluxos de Caixa e a Demonstração de Investimentos Acumulados (Obs.: Em caso de divergência apresentar as explicações correspondentes)

DESCRIÇÃO	BID	LOCAL	US\$
			TOTAL
Demonstração de Fluxos de Caixa (Desembolsos Efetuados/Gastos)	2.922.915,37	1.795.196,75	4.718.112,12
Demonstrativo de Investimentos	2.922.915,37	1.795.196,75	4.718.112,12
Diferença	0,00	0,00	0,00

DMR

13. Conciliação dos Registros do Programa com os Registros do BID (OPS1 – Operational and Financial Executive Summary), por Categorias de Inversão.

Em US\$

Categorias de Inversão	Demonstração de Investimentos Acumulados	Disbursed Amount	Diferença
01. Componente 1: Saneamento e Desenvolvimento Urbano	2.063.595,36	1.546.556,42	517.038,94
02. Componente 2 - Sustentabilidade Social, Ambiental e Institucional	0,00	0,00	0,00
03. Administração e Gestão	859.320,01	547.900,23	311.419,78
04. Custos Financeiros	0,00	0,00	0,00
Total	2.922.915,37	2.094.456,65	828.458,72

A coluna "diferença" representa os valores não justificado ao final do exercício de 2020. A justificativa de recursos deverá ser apresentada ao banco no exercício/2021.

14. Conciliação do Passivo a Favor do BID (entre o montante registrado no campo "Disbursed amount" do OPS-1 e o registrado no campo "Recursos Recebidos – BID da Demonstração de Fluxos de Caixa.

DESCRIÇÃO	TOTAL US\$
Demonstração de Fluxos de Caixa (Recursos Recebidos: Desembolsos + FIV)	5.000.000,00
OPS-1 (Disbursed amount)	5.000.000,00
Diferença	0,00

15. Contingências

Com exceção de um Mandado de Segurança (Processo 8132142-13.2020.8.05.0001, em trâmite perante a 7ª Vara da Fazenda Pública de Salvador), impetrado por licitante questionando a decisão que homologou o resultado da Licitação Pública Internacional – LPI nº 01/2019, ao qual foram negados todos os pedidos liminares e está pendente de decisão de mérito, não há registros de outras demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos quer contra a administração do Programa até data base de 31/12/2020, e até a data da elaboração do presente relatório.

[Handwritten signature]

16. Eventos Subsequentes

Não há evidências entre a data do encerramento do exercício e a data encerramento dos demonstrativos financeiros que pudessem afetar a posição financeira do Programa.

17. Situação dos ajustes originados de opiniões diferentes do padrão por parte dos auditores independentes no ano ou períodos anteriores.

Não houve modificações que afetem o período em curso.

18. Outras Considerações / Esclarecimentos

Salvador, 15 de janeiro de 2021



Wilson Pereira de Oliveira
Assistente Financeiro
CRC BA-025909/O-3



Elaine Souza de Menezes
Gerente Adm/Financeiro – UGP Novo Mané Dendê



Jessé Motta Carvalho Filho
Diretor Geral – UGP Novo Mané Dendê